

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAVV	Mário Antônio Masteguin (S)
ArcelorMittal	Thais Soares de Campos (T)
ASSEMAE	Ana Luiza Maziviero (T)
	Aline Bento Amaral (S)
	Gladis Meiry Matteo (S)
CETREL	Álvaro Diogo Sobral Teixeira (S)
CIESP - DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti (T)
	Vlamir Mitsuo Kanashiro (S)
CMR	Natalia Polini (S)
Consórcio PCJ	Débora de Paula Papani (S)
DAE Jundiaí	Mariá Fernanda Oliveira Bueno de Camargo (T)
Elogi Soluções Ambientais	Guilherme Augusto Schardong Morete (S)
FIESP	Jorge Antônio Mercanti (S)
INEVAT	Michele Consolmagno (T)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPSA-C	Alexandre José Medeiros (T)
P.M. de Campinas	Gladis Meiry Matteo (T)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
P.M. de Itatiba	Rogério Henrique Selicani (T)
	Dennis Lai (S)
P.M. de Limeira	Jonathan Rafael Meckale (S)
	Ramon Marques de Carvalho (S)
P.M. de Piracicaba	Bruno Delarole (T)
	Giovanni Batista Campos (S)
Química Amparo Ltda	Damasco Domingos da Silva (T)
REPLAN	Deivid Lucas dos Santos Migueleti (T)
RHODIA	Vlamir Mitsuo Kanashiro (T)
SAEAN	Jaqueline Adorno Balazini (T)
	Maria Augusta Padueli (S)
SANASA	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (T)
	Aline Bento Amaral (S)
	Ana Luiza Maziviero (S)
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva (S)
UNICA	André Elia Neto (T)
	Bartira Elia (S)

Membros ausentes	
Entidade	
Dedini S/A	
Oji Papéis	
P.M. de Indaiatuba	

P.M. de Louveira
SABESP

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Ana Beatriz Sepulveda
	Bruno Antunes Zampaulo
	Daphenes Vargas
	Denis Herisson da Silva
	Diego dos Anjos
	Eduardo Léo
	Mariane Rodrigues Amuy
	Nathalia Corá
	Patrícia G. A. Barufaldi
	Raquel Quirino
	Rebeca Silva
Água e Solo	Rosa Cardoso da Silva
	Vanessa Longato
Município de Jundiaí	André Bonacin
	Lucas Rodrigo Kehl
SP Águas	Massao Okazaki
	Deborah do Valle Nuvens Lunardi

(T) – Titular (S) – Suplente (C) – Convidado

Aos treze dias do mês de agosto de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 106ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 06 de agosto de 2025. **2. Abertura da 106ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP-DR Campinas) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras ações para participação durante a reunião. O Sr. Jorge, explicou que a pauta da reunião foi enviada junto a convocação, conforme prazo regimental. **3. Aprovação das minutas de atas das**



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

reuniões anteriores: O Sr. Jorge informou que foi feito o envio aos membros, das minutas de atas das reuniões anteriores, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre os conteúdos. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovadas por unanimidade as minutas de atas da 104ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 11/06/25, presencialmente no Parque da Cidade em Jundiaí/SP, e da 105ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 16/07/25, por videoconferência. **4. Breve relato da situação do Sistema Cantareira e Bacias PCJ – Previsão Climática para os próximos meses:** O Sr. Jorge apresentou os dados de pluviometria do posto da REPLAN, unidade da empresa PETROBRAS, no município de Paulínia/SP, comentando que é um posto consolidado com uma série histórica completa e com segurança na calibragem dos instrumentos de medição. Indicou que as chuvas totalizadas (entre agosto/2024 e julho/2025) foram de 1006 mm (um mil e seis milímetros), a média climatológica anual de 1353 mm (mil trezentos e cinquenta e três milímetros) e a média de 2014 de 1005 mm (mil e cinco milímetros), ou seja, o posto da REPLAN está indicando chuvas abaixo da média nos últimos 12 (doze) meses. Nesse sentido, o Sr. Jorge apresentou séries de análises *Standardized Precipitation Index* (SPI) para o posto da Estação REPLAN no município de Paulínia/SP, com avaliação de média móvel na escala de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses, em que se observa que os valores ainda estão abaixo de 0 (zero), sendo que valores abaixo de 0 (zero), indicam seca na região e o período é de atenção, explicando que a leitura do gráfico consegue demonstrar a tendência de seca na região. Também, comparou os dados com o SPI 12/24 da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em que os dados apresentados são muito próximos. Passando para a análise do Sistema Cantareira, o Sr. Jorge comentou que a média climatológica anual foi de 1491 mm (mil e quatrocentos e noventa e um milímetros), sendo que a média de 2014 foi de 964 mm (novecentos e sessenta e quatro milímetros), já o acumulado de agosto/2024 a julho/2025, foi de 1359 mm (mil trezentos e cinquenta e

nove milímetros), o que aponta que embora esteja abaixo da média anual, a situação na região do Sistema Cantareira, não está tão crítica, se comparada a região de Paulínia/SP. Quanto ao nível do Sistema Cantareira, comentou que no decorrer dos últimos meses o sistema segue estável. Seguiu apresentando que em julho/2025, o nível do Jacaré estava em 43% (quarenta e três por cento), Cachoeira em 41% (quarenta e um por cento) e Atibainha em 33% (trinta e três por cento). A contribuição natural total (Jacaré, Cachoeira e Atibainha) foi de 9,8 m³/s (nove metros cúbicos e oito décimos por segundo), mais 5,2 m³/s (cinco metros cúbicos e dois décimos por segundo) da transposição da Bacia do Paraíba do Sul. Apresentou uma saída de 28,7 m³/s (vinte e oito metros cúbicos e sete décimos por segundo) para São Paulo (Túnel 5) e 8,7 m³/s (oito metros cúbicos e sete décimos por segundo) para a região das Bacias PCJ, somando os valores do Jaguari, Jacaré, Cachoeira e Atibainha. Em seguida, apresentou os níveis referentes a 31/07/25 no Reservatório Paiva Castro, que é um reservatório de passagem, mantido propositalmente baixo evitando que em casos de chuva haja transbordamentos, o que poderia causar inundações no município de Franco da Rocha/SP. Por ser uma região que chove muito, o reservatório tem um importante papel como área de drenagem, e em julho/2025 teve uma contribuição natural de 3,2 m³/s (três metros cúbicos e dois décimos por segundo). Apresentou nível de 20% (vinte por cento) e uma saída para a Estação de Tratamento de Água (ETA) Guaraú - SABESP de 31,7 m³/s (trinta e um metros cúbicos e sete décimos por segundo). Quanto ao Sistema Equivalente (inclui Paiva Castro), para o mês de julho/25, por contribuição natural houve uma entrada de 13,0 m³/s (treze metros cúbicos por segundo), e da transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul uma entrada de 5,2 m³/s (cinco metros cúbicos e dois décimos por segundo), a saída foi de 40,5 m³/s (quarenta metros cúbicos e cinco décimos por segundo) somados PCJ e SABESP, com o nível atingindo 41% (quarenta e um por cento) em 31/07/25, o que demonstra que houve uma diminuição do nível no mês de julho. Seguiu explicando que segundo a média histórica do nível do Sistema Cantareira, ele tem uma tendência a ter seu nível máximo no mês de abril e o mínimo no mês de novembro, e neste momento se encontra abaixo do nível



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – Google Meet

médio. Seguiu apresentando a somatória do Sistema Equivalente, onde, considerando a soma dos sistemas de reservatórios da Grande São Paulo e do Sistema Cantareira, o nível em 31/07/25 estava em torno de 45% (quarenta e cinco por cento), enquanto há um ano o valor era de 62% (sessenta e dois por cento), o que demonstra que houve queda. Quanto à previsão climática, lembrou que na questão da temperatura da água, o que influencia nossa região é a região equatorial do Oceano Pacífico (*Niño* 3.4). Em seguida, apresentou Mapas de Anomalia de Temperatura da Superfície do Mar (Fonte de dados: NCEP/NOAA – EUA. Elaboração: CPTEC/INPE), onde é possível observar o estabelecimento do fenômeno “El Niño” no início de 2024, devido o aquecimento das águas na região do Pacífico Equatorial, seguido pelo início de um resfriamento no mês de julho/2024, com oscilação de temperaturas nos meses subsequentes indicando neutralidade até o mês de julho/2025. O fenômeno “El Niño” se apresenta no país tipicamente com chuva na Região Sul e seca na Região Nordeste, enquanto no fenômeno “La Nina” ocorre o contrário. Com base nos dados do início de julho (*Early-July 2025 CPC Official Probabilistic ENSO Forecasts*), a previsão é que não volte o *El Niño*, indicando que a tendência é neutralidade, com a possibilidade de a partir de novembro/2025 aumentar a probabilidade de *La Niña*, o que indica que a previsão para nossa região está um tanto quanto “indefinida”, já que o período de neutralidade é passível de chuva ou seca. Apresentou os dados relacionados ao meio do mês de julho (*Mid-July 2025 IRI Model-Based Probabilistic ENSO Forecasts*) que aponta para uma mesma tendência de neutralidade. Seguiu apresentando o *Oceanic Niño Index* (ERSST.V5 ONI), que é uma série histórica demonstrando o impacto dos fenômenos *El Niño* e *La Niña*. Posteriormente, apresentou as previsões trimestrais de chuvas do *International Research Institute for Climate and Society (IRI)* da Universidade de Columbia (EUA), compreendida entre os meses de agosto/2025 a janeiro/2026, realizadas em julho/2025, que indicam níveis de precipitação dentro da média climatológica. Apresentou o mapa multi-modelo CPTEC/INMET/FUNCME produzido em julho/2025 válido para o trimestre agosto/2025 a outubro/2025, informando a previsão de precipitação um pouco abaixo

da média para a região das Bacias PCJ. Por fim, apresentou as previsões de temperatura da Universidade de Columbia (*IRI Multi-Model Probability Forecast for Temperature for August-September-October 2025, Issued July 2025*) e o mapa multi-modelo CPTEC/INMET/FUNCME produzido em julho/2025 válido para o trimestre agosto/2025 a outubro/2025, explicando que são importantes para o balanço hídrico, pois quanto mais quente, mais evaporação e maior o consumo. Ambos os mapas apresentaram temperaturas levemente acima da média para o período. Encerradas as explicações, abriu espaço para dúvidas e manifestações, não havendo, passou para o próximo item de pauta. **5. Apresentação Contrato nº 042/2024 Estudo das Áreas de restrição e Controle de Americana e Nova Odessa (Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ):** A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, cumprimentou os presentes e informou que estava representando a Coordenação de Projetos da Agência PCJ, juntamente da analista técnica, Sra. Mariane Amuy, justificando a ausência do Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador da área, devido ao atendimento a outros compromissos. A Sra. Mariane Amuy, apresentou o Contrato nº 042/2024, que trata da execução de estudos hidrogeológicos voltados à avaliação das áreas de restrição e controle (ARC) nos municípios de Americana/SP e Nova Odessa/SP. Destacou que a iniciativa tem como fundamento a Deliberação CRH nº 052/2005, que define as Áreas de Restrição e Controle do uso das águas subterrâneas como aquelas em que há necessidade de disciplinar atividades que possam impactar negativamente a quantidade ou qualidade desse recurso. Em sua explanação, lembrou que já havia antecedentes técnicos que identificaram áreas críticas, a exemplo do estudo de Regionalização de Diretrizes de Utilização e Proteção das Águas Subterrâneas (DAEE/UNESP, 2013) e do Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ (Profill, 2019). Nesse contexto, a ação foi incorporada ao Plano de Bacias, prevendo a realização dos procedimentos necessários para as ARC já identificadas, além da avaliação de novas áreas. A Sra. Mariane explicou que em 2021 foi elaborado o Termo de Referência do estudo, resultando na contratação da empresa Água e Solo Estudos e Projetos, responsável



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

pela execução no prazo de 17 (dezesete) meses. O trabalho é acompanhado pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), formado por membros da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), bem como pelo Ministério Público, por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA-PCJ). Explicou que já foram aprovados os produtos I – Plano de Trabalho e II – Levantamento de Bases Cartográficas, estando atualmente em elaboração o produto III – Caracterização da Geologia, com a previsão de ocorrer posteriormente a etapa de campo, esta última, a principal motivação da presente apresentação. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Lucas Rodrigo Kehl, Gerente de Projetos da empresa Água e Solo, que agradeceu o convite para apresentar o projeto e fez uma breve contextualização sobre a importância da iniciativa e da previsão da visitação de 200 (duzentos) poços durante a etapa de campo. Em seguida, o Sr. Lucas passou a palavra ao Sr. André Luiz Bonacin Silva (Água e Solo), Coordenador de Projetos, responsável por detalhar os objetivos e a metodologia do estudo. O Sr. André Bonacin explicou que o foco principal é a avaliação da quantidade de água subterrânea nos aquíferos em Americana/SP e Nova Odessa/SP, frente a indícios de extração excessiva. Entre os objetivos gerais, destacou a delimitação de áreas prováveis e/ou confirmadas de restrição e controle, a identificação de situações de superexploração e interferência entre poços, a estimativa dos volumes explorados, a análise da evolução histórica do uso, a integração de diferentes bases de dados e a elaboração de um modelo hidrogeológico conceitual e preditivo, com horizonte de dez anos, subsidiado por modelagem matemática e banco de dados georreferenciado. O Sr. André ressaltou que a região já havia sido considerada crítica em diagnósticos anteriores, como o Plano de Monitoramento Quali-quantitativo das Águas Subterrâneas (Profill, 2019), e apresentou dados das vazões outorgadas de 2013 a 2022, que evidenciam crescimento expressivo da exploração em ambos os municípios. Ressaltou ainda que, embora o foco seja Americana/SP e Nova Odessa/SP, o estudo contempla municípios vizinhos (Cosmópolis/SP, Limeira/SP, Paulínia/SP, Santa Bárbara d'Oeste/SP e Sumaré/SP), dada a configuração regional do Aquífero Tubarão.

Sobre a metodologia, informou que a fase em andamento é a caracterização geológica e hidrogeológica, abrangendo aspectos de uso e ocupação do solo e legislação municipal. A próxima etapa será de Avaliação da Quantidade das Águas Subterrâneas, prevista para meados de setembro/2025, prevendo o cadastramento e levantamento de campo em cerca de 200 (duzentos) poços, com medição de nível d'água em aproximadamente 40 (quarenta) a 60 (sessenta) poços em Americana/SP e em 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) em Nova Odessa/SP. O Sr. André deu ênfase à importância dessa etapa de campo, considerada essencial para a atualização do mapa potenciométrico da região e para o sucesso do estudo, reforçando a necessidade de acesso às instalações industriais para a coleta dos dados. Após concluir sua explanação, o Sr. André Bonacin agradeceu a atenção e retornou a palavra ao Sr. Jorge Mercanti, que, por sua vez, convidou a Sra. Deborah do Valle, coordenadora da CT-AS, para realizar suas considerações. A Sra. Deborah agradeceu a oportunidade de incluir o contrato na pauta da CT-Indústria, enfatizando que a colaboração desta câmara é fundamental para o bom andamento do estudo. Destacou que a participação da indústria é crucial para viabilizar as visitas de campo, uma vez que a maior parte da utilização da água subterrânea na região se dá no setor industrial. Reforçou que o êxito do diagnóstico hidrogeológico depende dessa cooperação, essencial para subsidiar a gestão e o uso sustentável dos recursos subterrâneos. O Sr. Denis Silva, secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou um apelo incentivando o apoio das indústrias em receber a visitação, colaborando para o estudo, que tem o principal objetivo melhorar a gestão das águas subterrâneas na região. Durante as discussões, a Sra. Patrícia Barufaldi, expôs preocupação quanto à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contato com as indústrias por meio de ofícios, a ser realizado com os dados do cadastro de usuários das Cobranças PCJ. Segundo a Sra. Patrícia, como a empresa contratada necessitará realizar visitas de campo e entrar em contato com os usuários, existe uma dificuldade de acesso prévio sem que haja risco de infringir a legislação. Foi cogitado o apoio do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) nesse sentido, mas ainda seria necessário verificar as



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

implicações no apoio a realização do estudo. A questão levantada trouxe a reflexão sobre como equilibrar a proteção de dados com o interesse público, considerando que o estudo é essencial para a gestão de recursos hídricos subterrâneos. O Sr. Vlamir Kanashiro, coordenador-adjunto da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP-DR Campinas) e da Rhodia, acrescentou que as indústrias necessitam de outorga do órgão gestor estadual para operar poços, e sugeriu verificar a viabilidade de acesso a essas informações. A Sra. Deborah ressaltou que o cadastro de outorgas da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) contém dados relevantes sobre a captação, e que o órgão já forneceu informações à contratada, sendo complementado pelo Sr. André, que serão considerados os poços disponíveis na base de dados disponibilizada pela SP Águas e DAE Americana, porém as visitas servirão para complementar as informações não contempladas, enfatizando as limitações do tempo de execução do estudo. Nesse sentido, os Srs. Jorge Antonio Mercanti e Denis Silva, ponderaram que, tratando-se de pessoas jurídicas, a aplicação da LGPD poderia ser menos restritiva em ações voltadas ao interesse coletivo, como a gestão da água. Houve consenso entre os participantes quanto à necessidade de articulação institucional com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além da emissão de ofício formal pela Agência das Bacias PCJ para respaldar a equipe de campo nas visitas e garantir legitimidade às abordagens junto às indústrias. Encerradas as discussões, o Sr. Jorge agradeceu a presença dos convidados e seguiu para o próximo item de pauta. **6. Orientações para elaboração do Plano de Trabalho da CT-Indústria para o biênio 2026-2027 – Secretaria Executiva:** O Sr. Jorge passou a palavra para a Sra. Rebeca Silva, Assessora Técnica da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, que apresentou orientações quanto ao cronograma e à elaboração dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas para o biênio 2026-2027, destacando a importância do planejamento das atividades para a organização e eficiência dos trabalhos, garantindo alinhamento com o Plano das Bacias PCJ e com as decisões dos colegiados. Ressaltou que os Planos de

Trabalho deverão contemplar: **a)** Demandas da Secretaria Executiva; **b)** Temas para discussão e **c)** Eventos, devendo observar a Deliberação nº [362/21](#) e ser compatíveis com instrumentos de planejamento como o Plano das Bacias PCJ, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), Plano de Execução Orçamentária Anual (POA-PCJ) Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI). A Sra. Rebeca detalhou que cada Câmara Técnica deverá elaborar uma versão preliminar de seu Plano de Trabalho, a ser encaminhada à Secretaria Executiva para análise orçamentária, integração com as demais Câmaras Técnicas e compatibilização com os instrumentos de gestão. Em seguida, os documentos serão discutidos no GT-Integração, ajustados conforme recomendações da Secretaria Executiva e posteriormente apreciados pela Câmara Técnica de Planejamento e pelos plenários dos Comitês PCJ. Foram apresentadas as datas do cronograma, incluindo a reunião do GT-Integração em 31 de julho de 2025; o envio da minuta às Câmaras Técnicas em 1º de agosto de 2025; o prazo de encaminhamento da versão preliminar à Secretaria Executiva foi estabelecido para o dia 31 de outubro de 2025; a discussão preliminar no GT-Integração está prevista para ocorrer em 2 de dezembro de 2025; o retorno da análise da Secretaria Executiva e da Agência das Bacias PCJ ficou estabelecido para 12 de dezembro de 2025; a aprovação final pelas Câmaras Técnicas e envio à Secretaria Executiva até 20 de fevereiro de 2026; a apreciação pela Câmara Técnica de Planejamento ocorre em março de 2026 e a aprovação final pelos plenários dos Comitês PCJ até 31 de março de 2026. A Sra. Rebeca Silva explicou as categorias que estruturam o planejamento: Categoria A, referente às demandas da Secretaria Executiva vinculadas às deliberações, ao Plano das Bacias e aos demais instrumentos, lembrando que esta parte não é alterada pela CT, mas que esta pode solicitar informações sobre; Categoria B, relativa aos temas para discussão sugeridos pelas Câmaras Técnicas, que poderão resultar em diretrizes para contratação de empreendimentos. Explicou que existem algumas propostas de temas vindo de projetos não investidos pela Agência PCJ no Plano de Trabalho anterior e ressaltou especial atenção aos prazos e quantidades de assuntos inseridos; e Categoria C, voltada à realização de eventos, limitados a dois de meio período para cada Câmara

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Técnica, salvo quando realizados em parceria com outras Câmaras Técnicas. Reforçou ainda a leitura de materiais complementares para apoio de referência como o [Plano das Bacias PCJ 2020-2035](#), os [Cadernos Temáticos](#), o [Livreto](#) das Câmaras Técnicas edição 2025 e o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)), além das próprias atribuições da CT, aprovadas pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15](#). A Sra. Rebeca Silva, agradeceu a palavra e a retornou ao Sr. Jorge. **7. Sugestões dos membros para elaboração do Plano de Trabalho:**

Dando continuidade sobre as discussões referentes ao Plano de Trabalho, o Sr. Jorge Mercanti apresentou aos membros a proposta de Plano de Trabalho para o período 2026-2027, em elaboração. Iniciou fazendo a leitura das duas atividades da Categoria A – Demandas da Secretaria Executiva: **i.** Elaboração do Plano de Trabalho da CT-Indústria para o período 2028-2029; **ii.** Mobilização dos representantes dos membros na CT para participação em atividades formativas previstas no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ. Aproveitou para reforçar a capacitação dos membros, tendo em vista os diversos cursos e atividades formativas disponibilizadas e divulgadas pelos Comitês PCJ. Em seguida, comentou brevemente a respeito dos temas previamente inseridos na Categoria B – Temas para Discussão, sendo: **i.** Discussão de um Plano Diretor de Reúso de água para as Bacias PCJ e; **ii.** Discussão de proposta de cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais. Ambos os assuntos passaram de temas da Categoria A no plano de trabalho atual (2024-2025), sendo previamente inseridos pela Agência das Bacias PCJ como Categoria B na proposta do próximo Plano de Trabalho (2026-2027). Nesse sentido, quanto ao primeiro tema, o Sr. Jorge ressaltou a importância do balanço hídrico para o reúso e sugeriu que o tema seja considerado tanto como oportunidade ambiental quanto como negócio, não apenas como alternativa de segurança hídrica. Sendo assim, propôs que as reuniões da CT-Indústria incluam discussões sobre reúso de água, com a participação de especialistas para apresentação de dados e análises detalhadas. Quanto às cargas industriais, o Sr. Jorge explicou que houve uma tentativa, há alguns anos, de contratação de empresa para realização da atividade, porém identificou-se entraves para a viabilidade de

obtenção de dados de amostragem de efluentes das indústrias, considerando questões de confidencialidade e segredo industrial. Sendo assim, sugeriu que o tema fosse incluído no plano apenas se a Agência das Bacias PCJ viabilizasse a obtenção das informações, em que foi sugerido que os dados fossem obtidos via CETESB ou por modelagem no rio. Para a Categoria C - Eventos, o Sr. Jorge sugeriu que a CT-Indústria mantenha parcerias com outras Câmaras Técnicas, como a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) e Câmara Técnica de Uso e Conservação no Meio Rural (CT-Rural), para a realização de eventos integrados. O coordenador-adjunto, Sr. Vlamir Kanashiro, concordou com as propostas apresentadas nos temas em discussão, em que sugeriu como resultado a elaboração de algum documento orientativo com prós e contras, para colaborar na revisão do plano de bacias e reforçou a produtividade de eventos conjuntos, corroborando com a parceria junto a CT-AS na realização do Workshop de Águas Subterrâneas. Encerradas as explanações acerca do tema, o Sr. Jorge, abriu a palavra aos presentes, para complementações e eventuais dúvidas. A Sra. Ana Luiza Maziviero, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), recomendou um professor da Universidade Federal de Alagoas, especialista em Balanço Hídrico e utilização de água de reúso, que se colocou à disposição para realizar uma palestra na CT, caso fosse de interesse. Como encaminhamento, a Sra. Ana Luiza se comprometeu a entrar em contato com a coordenação para alinhar os próximos passos para a realização da palestra do professor em reunião futura. O Sr. Eduardo Leo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, destacou que a Agência PCJ busca viabilizar as ações previstas na Categoria A dos planos de trabalho das Câmaras Técnicas, tendo elaborado inclusive Termos de Referência para as temáticas de reúso e cargas industriais. Demonstrou concordância com a proposta apresentada pelo Sr. Jorge, sobre as discussões dos temas, salientando também a importância do balanço hídrico na abordagem do tema reúso e sugeriu que essa discussão fosse contemplada na revisão do Plano de Bacias, com a possibilidade de uma linha de ação com encaminhamento mais específico e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

enfoque regionalizado. E explicou que a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) tem conduzido as discussões sobre a revisão, cuja contratação de empresa está prevista para o início de 2026. Quanto às cargas industriais, o Sr. Eduardo recomendou que a discussão se mantenha em grupos de trabalho ou rotinas de conversas dentro da CT, dando ênfase na importância da colaboração institucional com a CETESB, além do diálogo com outras Câmaras Técnicas, a exemplo da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), e considerou que ainda há espaço para progredir na discussão do tema, mesmo que seja em uma escala menor (sub-bacia, região) servindo de projeto piloto. Por fim, citou um estudo realizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), focado em boas práticas da indústria, na região da Bacia do Paranapanema, utilizando informações públicas das indústrias, mas contando com a contratação de empresa especializada para organização das informações, além da articulação com órgãos gestores e FIESP, se apresentando como uma alternativa. Nesse sentido, reforçou a importância de manter o debate do tema no âmbito da CT-Indústria. A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, complementou a fala do Sr. Eduardo Leo, acrescentando que, no âmbito da revisão do Plano de Bacias, será importante contemplar os temas em discussão. Observou que a Câmara Técnica contribui com subsídios e reflexões que auxiliam na definição de pontos norteadores e indicadores a serem incorporados no processo de revisão do Plano. Destacou, ainda, que tais contribuições fortalecem a justificativa para futuras contratações de estudos necessários. O Sr. Jorge Antonio Mercanti acolheu as contribuições apresentadas pela Agência das Bacias PCJ e reiterou o compromisso da CT-Indústria em manter as tratativas referentes ao tema do reúso, destacando a importância de sua continuidade nas discussões e na revisão do Plano de Bacias. Encerradas as discussões o Sr. Jorge passou para o próximo item. **8. Informes:** Dando seguimento a pauta, o Sr. Jorge deu início aos informes. **8.1. da Coordenação:** O Sr. Jorge comunicou que a coordenação não tinha informes para essa reunião e passou para os informes dos membros. **8.2. dos Membros:** O Sr. Jorge questionou os membros sobre

informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **8.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **b) NewsComitesPCJ:** Convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo [link](#); **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 97ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), no dia 15/08/25, às 9h00, por videoconferência. Também informou a respeito da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, no dia 29/08/25, às 9h00 com transmissão pelo *YouTube*. Mais informações podem ser obtidas na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 13/08/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

[agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) Próxima reunião da**

CT-Indústria: Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-Indústria, está prevista para 08/10/25, às 09h00, por videoconferência. A Sra. Rebeca Silva, agradeceu e retornou a palavra à coordenação. **9.**

Outros assuntos: O Sr. Jorge por fim questionou aos membros quantos a outros assuntos, em que não houve nenhuma manifestação. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, agradeceu a confiança dos membros que votaram pela recondução dos cargos de coordenador e coordenador adjunto, reafirmando o compromisso com membros e tratativas da CT-Indústria, também agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antônio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria

Vlamir Mitsuo Kanashiro
Coordenador-Adjunto da CT-Indústria